

Em defesa do acordo assinado pelo Proifes



Por **GIL VICENTE REIS DE FIGUEIREDO***

A má qualidade da proposta de reestruturação da ANDES, aliada ao irrealismo dos índices de recomposição propostos conduziram à situação de costume: a evolução progressiva do diálogo negocial entre o PROIFES e o governo

1.

No dia 27 de maio de 2024, após quase seis meses de negociações, o governo federal assinou com o PROIFES-Federação mais um termo de acordo – o sexto de uma série histórica que começou cerca de duas décadas atrás, pouco depois da fundação da entidade. Em 2007 foi celebrado o primeiro acordo, com reajuste significativo dos salários dos docentes do magistério superior (MS), além da extinção do caráter produtivista de gratificação produtivista existente à época, beneficiando os docentes aposentados.

Em março de 2008, outro importantíssimo acordo foi firmado, desta vez criando a nova carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que possibilitou a expansão da rede de Institutos Federais, criada e ampliada nos sucessivos governos Lula e Dilma Rousseff. Em 2011 houve a incorporação de gratificações, além de modesta reposição (4%). Em 2012, a celebração de novo pacto entre PROIFES e o governo federal, implantado em três etapas, elevou os salários (isonômicos) de docentes do MS e do EBTT ao maior patamar real dos quinze anos anteriores.

Em 2015, por último, foi possível alcançar, com a assinatura de acordo com a presidente Dilma Rousseff, a reestruturação plena das carreiras docentes: após três etapas, em agosto de 2017, agosto de 2018 e agosto de 2019, toda a malha salarial passou a ter uma estrutura lógica, permitindo a dedução dos vencimentos dos docentes de qualquer classe, nível, titulação e regime de trabalho a partir do salário-piso (auxiliar 20h, graduado).

A Andes desempenhou um papel importante no cenário de redemocratização, nas décadas de 80 e 90 do século passado. Entretanto, aparelhada que foi, ao final desse período, por grupos partidários do espectro sectário da esquerda, deixou de defender os interesses dos professores já a partir dos anos 2000, envolvendo-se seguidamente em embates contra os governos do campo democrático e popular. Assim foi quando organizaram, ainda em 2004, a primeira greve contra o governo Lula.

Foi exatamente por divergir radicalmente da postura desses grupos, que qualificavam o então governo como ‘tão neoliberal como o de FHC’, e, portanto, como ‘inimigo da classe trabalhadora’, com o qual seria impossível um processo de negociação que redundasse em avanços, que um conjunto expressivo de professores rompeu com a ANDES, ainda em 2004, criando o PROIFES. A trajetória da ANDES, desde então, vem sendo lastimável. Foi contra a política de cotas. A seguir, lançou-se numa cruzada nacional contra o REUNI.

No seu 53º CONAD, em Palmas, 26-30 junho de 2008 (Relatório Final, p. 131) aprovou “Intensificar o combate ao

programa REUNI dentro de cada IFES, articulando a intervenção das seções sindicais do ANDES-SN, propondo amplas mobilizações e ações unificadas com estudantes e técnicos-administrativos para impedir, na prática, os projetos e planos de reforma universitária do governo, fazendo a denúncia de suas consequências deletérias, conforme resoluções do ANDES-SN". A partir daí, patrocinou, junto com os estudantes, invasões de reitorias, de norte a sul do País, baseando-se no 'fato' de que assembleias gerais de docentes em todo o Brasil teriam posição contra o REUNI.

Mais adiante, em 2016, recusou-se a ANDES a qualificar o golpe contra a presidente Dilma Rousseff como golpe. Mas, mais do que isso, em 28 de junho de 2016, a ANDES solicitou, obteve e participou de reunião com a Secretaria Executiva do MEC, como pode ser visto na foto abaixo, onde foi reivindicar a revogação, pelo governo de Michel Temer, do acordo assinado entre o PROIFES e a presidente Dilma Rousseff. Nessa ocasião, o presidente da ANDES pediu ao então governo que não sancionasse o Projeto de Lei 4251/2015, que consolidava esse acordo e que rediscutisse o tema com a ANDES. Felizmente, não foi atendido.

2.

Analisamos agora, de forma factual e objetiva, os eventos relativos à campanha salarial de 2024.

A ANDES inicialmente reivindicou 53,05% de reajuste linear para os docentes federais, como categoria que só havia tido reajustes salariais em duas etapas, em 2016 e 2017. Além disso, fechou com o SINASEFE uma proposta com sete pontos, objetivando a 'reestruturação de carreiras'. A proposta era de péssima qualidade e, se aprovada, seria um desastre para os docentes federais, suas carreiras e instituições, bem como para a produção do conhecimento, com grave prejuízo para o Brasil. Dentre vários aspectos anacrônicos da proposta, do ponto de vista da excelência acadêmica, destacamos dois.

Em primeiro lugar, previa-se a extinção de classes, com a criação, em seu lugar, de 13 níveis. Com isso, em vez de chegarem a titular em 19 anos, os docentes passariam a precisar de 24 anos, com enorme prejuízo para ativos e aposentados, o que certamente tornaria essas carreiras menos atrativas, além do que deixariam de dialogar com quaisquer outras, no país ou no mundo – seguramente um grave retrocesso.

Em segundo lugar, a proposta da ANDES-SINASEFE previa a redução da retribuição de titulação – no caso dos doutores, por exemplo, de 115% para 75%. Ou seja, a diminuição do estímulo à qualificação acadêmica!!! A ANDES-SINASEFE, na sequência, optaram por esconder de suas bases essa indefensável proposta, e acabaram por sugerir que reestruturações fossem discutidas mais adiante, em mesa setorial. Ao mesmo tempo, a ANDES insistiu todo o tempo em se posicionar contra a fusão das classes iniciais, bem como igualmente contra a elevação de degraus entre níveis, conforme proposta pelo PROIFES.

A má qualidade da proposta de reestruturação da ANDES, aliada ao irrealismo dos índices de recomposição propostos conduziram à situação de costume: a evolução progressiva do diálogo negocial entre o PROIFES e o governo, culminando em proposta feita pela Federação e sua subsequente aceitação parcial.

A proposta do PROIFES de reestruturação era a seguinte: (i) fusão das duas primeiras classes das carreiras (A/B, no MS e DI/DII, no EBTT) em uma única, passando os docentes a começar suas carreiras (e a serem enquadrados, no caso dos que já estão nas carreiras) no atual nível salarial de B2/DII 2 – isso daria um aumento de 16,3% aos salários de entrada de ambas as carreiras (MS e EBTT), para além da reposição linear que viesse a ser acordada; e (ii) elevação, de 4% para 5%, dos degraus dos níveis de C/D (adjunto e associado, no MS) e de DIII/DIV (no EBTT), propiciando elevação adicional dos salários nos níveis mais altos das carreiras. Já a proposta de recomposição salarial previa 3,5% em 2024, 9,5% em 2025 e 4,0% em 2026.

O efeito combinado dessas demandas produziria o seguinte resultado: (a) Docentes em início da carreira (doutores em

regime de 40h, dedicação exclusiva, como é o caso da maioria), passariam dos atuais R\$10.4815 para R\$14.369,72 em 2026, com aumento nominal de 37,09%. (b) Docentes no meio da carreira (adjuntos 4/DIII 4 - idem), passariam dos atuais R\$14.468,15 para R\$17.549,66 em 2026, com aumento nominal de 21,30%. (c) Docentes no final da carreira (titulares - idem), passariam dos atuais R\$ 22.377,71 para R\$27.934,39, com aumento nominal de 24,83%.

Essa proposta não recuperaria, como sabemos, as perdas havidas nos dois governos anteriores, mas, nas circunstâncias e considerada a atual correlação de forças políticas existente, a nível nacional, representaria um avanço.

Em resposta, o governo aceitou quase que integralmente a reestruturação do PROIFES, com pequenas alterações em alguns degraus. Aceitou também, quase com os mesmos números, as reposições de 2025 e 2026, mas não concedeu nenhum percentual de reajuste em 2024. Com isso, a proposta do governo apresentada em 15 de maio de 2024 (objeto da assinatura do termo de acordo), produziu os seguintes resultados: (1) Docentes em início da carreira (doutores em regime de 40h, dedicação exclusiva, como é o caso da maioria), passam dos atuais R\$10.4815 para R\$13.753,95 em 2026, com aumento nominal 31,22%. (2) Docentes no meio da carreira (adjuntos 4/DIII 4 - idem), passam dos atuais R\$14.468,15 para R\$16.877,23 em 2026, com aumento nominal de 16,65%. (3) Docentes no final da carreira (titulares - idem), passam dos atuais R\$ 22.377,71 para R\$26.326,78, com aumento nominal de 17,65%.

Ressalte-se, portanto, que a proposta final do governo foi inferior à do PROIFES e, apesar disso, foi aceita de forma majoritária pelas bases da entidade, razão pela qual, em respeito à democracia interna da Federação, o acordo de 27 de maio de 2024 foi assinado.

3.

Por último, mostraremos, do ponto de vista técnico e objetivo, o significado da última 'contraproposta' apresentada pela ANDES ao governo, isso já no dia 27 de maio de 2024, quando já não havia margem para negociação. A 'contraposta' é a seguinte: reajuste de 3,69% em agosto de 2024; 9% em 2025; e 5,16% em 2026; nenhuma mudança deve ser feita nos degraus da atual da carreira e, também, não deve haver fusão das duas primeiras classes, como proposto pelo PROIFES e aceito pelo governo.

Veja a seguir qual seria o resultado produzido por essa proposta nos salários dos docentes federais em 2026, caso aceita: (i) Docentes em início da carreira (doutores em regime de 40h, dedicação exclusiva, como é o caso da maioria), passariam dos atuais R\$10.481,65 para R\$12.457,86 em 2026, com aumento nominal 18,85%. (ii) Docentes no meio da carreira (adjuntos 4/DIII 4 - idem), passariam dos atuais R\$14.468,15 para R\$17.195,98 em 2026, com aumento nominal de 18,85%. (iii) Docentes no final da carreira (titulares - idem), passariam dos atuais R\$ 22.377,71 para R\$26.596,81, com aumento nominal de 18,85%.

A conclusão é que a ANDES, no afã de seguir adiante em sua disputa sindical menor, acabou por fazer ao governo uma proposta muito inferior à apresentada pelo PROIFES. Até aí, a situação seria apenas digna de nota. Mas os números acima mostram que, pior do que isso, embora a proposta daquela entidade para os docentes no meio ou final de carreira leve, em 2026, a números semelhantes aos já pactuados, os salários propostos para o início da carreira seriam inferiores (também em 2026) aos já concedidos em R\$1.296,09 - um prejuízo superior a 12%! Como pode uma entidade pedir para o governo piorar a proposta que já assinou e, assim, prejudicar concretamente a categoria que diz representar? Definitivamente, é um pleito que, em seu mérito, não merece consideração ou guarida.

Por fim, há que se reconhecer que o termo de acordo recém-assinado entre o PROIFES e o governo federal não representa a recomposição almejada pela categoria após anos de arrocho salarial imposto pelos que atacaram seguidamente a educação, mas significa e deve ser visto como um desejável início de recuperação, que necessitará ser fortemente aprofundado mais adiante.

a terra é redonda

Precisará ser acompanhado por uma vigorosa ampliação da destinação de mais verbas para as Universidades e Institutos Federais, patrimônio inestimável do povo brasileiro, a ser preservado e ampliado pelos que defendem políticas públicas do campo democrático e popular.

**Gil Vicente Reis de Figueiredo é professor aposentado do Departamento de Matemática da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi o primeiro presidente do PROIFES.*

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)